

**PROCESSO** - A. I. Nº 0934659702/04  
**RECORRENTE** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECORRIDO** - RODOVIÁRIO RAMOS LTDA. (RAMOS TRANSPORTES)  
**RECURSO** - REPRESENTAÇÃO DA PGE/PROFIS  
**ORIGEM** - INFAZ ATACADO  
**INTERNET** - 19/02/2008

### RETIFICAÇÃO DE ACÓRDÃO

Retificação do Acórdão CJF nº 0216-11/07, de 21 de junho de 2007, da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal, por solicitação da SAT/DARC/GECOB às fls. 212 e 213, com supedâneo no § 3º do art. 164 do RPAF/BA, em face de inexatidão manifesta na “EMENTA”, que não reflete o resultado da decisão que ACOLHEU a Representação da PGE/PROFIS no sentido de que “fosse declarada a nulidade do presente processo administrativo em exame, desde o julgamento promovido pela 1ª Junta de Julgamento Fiscal, para que, então, promova-se a citação da empresa autuada a fim de que apresente defesa ou pague o débito, e, a partir deste, seja dado regular o seguimento do processo”.

#### 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

##### ACÓRDÃO CJF Nº 0216-11/07-A

**EMENTA:** ICMS. NULIDADES. DECISÕES DE 1ª E 2ª INSTÂNCIAS. Representação proposta de acordo com o art. 119, inciso II, § 1º, da Lei nº 3.956/81 (COTEB), a fim de que seja declarada a nulidade do processo administrativo em exame, desde o primeiro julgamento, para que então promova-se a citação da empresa autuada e posterior seguimento regular do processo. Representação ACOLHIDA. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

Trata-se de Representação proposta pela PGE/PROFIS, amparada nos artigos 119, inciso II, § 1º, da Lei nº 3.956/81 (COTEB) c/c 114, II, § 1º, do RPAF, em decorrência do Controle da Legalidade exercido pelo aludido Órgão, consoante previsional a regra 31-A, inciso I, da Lei nº 8.207/02, com a redação introduzida pela Lei Complementar nº 19/03, propondo que seja declarada a nulidade do presente Processo Administrativo Fiscal, o qual se originou do Auto Infração nº 934659-2-02, lavrado em 10/12/2004, para exigir o pagamento do imposto no valor de R\$ 3.184,95, acrescido da multa de 100%, por transporte de mercadoria acompanhada por nota fiscal inidônea.

A Drª. Ângeli Maria Guimarães Feitosa e o Dr. Fernando Telles apresentaram Parecer, argumentando que, do exame dos elementos informativos constantes da procedimentalidade, constata-se que inexistente comprovação de que tenha sido o autuado efetivamente citado, em nenhuma etapa do processo, para se manifestar sobre a transferência das mercadorias apreendidas para outro Depositário ou tomar conhecimento dos acórdãos proferidos nas duas instâncias de julgamento.

Concluem os ilustres procuradores no sentido de que o equívoco apontado comprova a existência de ilegalidade flagrante no processo sob exame, que viola os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e contraditório, razão pela qual opinam pela Representação ao CONSEF, visando a declaração da nulidade do processo,

A Dra. Leila Vom Söhsten Ramalho ratificou o Parecer e o Procurador Chefe da PGE/ PROFIS, Dr. Jamil Cabús Neto, por se encontrar no mesmo posicionamento, encaninou a Representação a este CONSEF (fl.191) para análise da nulidade do processo administrativo em tela e, após a citação da empresa autuada, prossiga regularmente, nesse passo, acolhendo os Pareceres exarados.

## VOTO

Versa a procedimentalidade sob análise de Auto de Infração lavrado para exigir o ICMS de R\$3.184,95, acrescido de multa de 100%, em virtude da constatação de mercadorias transitando acompanhadas por nota fiscal inidônea para a operação, sendo autuada a empresa transportadora.

Fácil é perceber do exame dos autos que as mercadorias apreendidas foram depositadas sob a responsabilidade do autuado, Rodoviário Ramos Ltda. e, em seguida, transferidas a terceiro interessado (fl. 31), nominado Ronnie Com. de Confeções Ltda., consoante os termos da petição de fl. 10, onde, de forma direta, se considera responsável pelo Auto de Infração nº 934659-7, de 10/12/2004, pedindo a liberação das mercadorias, comprometendo-se a pagar o ICMS e demais cominações legais decorrentes da referida autuação. Contudo, inexistente, no presente feito, qualquer comprovação ou sequer indício de citação ou pronunciamento do legítimo autuado, sobre a transferência para a nova fiel depositária, ou seja, para a empresa Ronnie Com. de Confeções Ltda.

Tal fato é incontroverso, sobretudo, quando se constata, sem margem à tergiversação, que todas as peças defensivas residentes nos autos foram em ambas às instâncias, apresentadas pela atual depositária, Ronnie Com. de Confeções Ltda., sem estarem acompanhadas de qualquer outorga de poderes para atuar como procuradora do legítimo autuado.

Portanto, todas as intimações sobre os acórdãos das decisões, tanto a proferida pela JJF, quanto a da Câmara de Julgamento Fiscal, foram, equivocadamente emitidas para o representante da empresa depositária, parte manifestamente ilegítima para tanto, quando, necessariamente, deveriam ser dirigidas ao autuado.

Nesse contexto, entendo incensurável e, em consonância com os ditames legais, a posição da PGE/PROFIS, propondo a nulidade do Processo Administrativo Fiscal, *ab initio*, por conter ilegalidade flagrante, sendo devolvidos os autos à INFAZ de origem, para que seja intimado o contribuinte autuado a apresentar defesa caso queira, com a citação da empresa autuada, tudo visando o pleno atendimento dos princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, previstos na Carta Magna vigente, restabelecida a legalidade e o correto andamento do procedimento fiscal.

Do exposto, o meu voto é no sentido de ACOLHER a Representação proposta.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, ACOLHER a Representação proposta.

Sala das Sessões do CONSEF, 19 de fevereiro de 2008.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA – PRESIDENTE

VALNEI SOUSA FREIRE – RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE - REPR. DA PGE/PROFIS